

básicos para a alimentação escolar no Município de Santarém Novo.

1.3.6 Processo: 000076-012/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Francisca Rodrigues de Souza

Origem:

PJ de Curuçá

Assunto:

Apurar a possível prática de danos ambientais no Igarapé Tijoca.

1.3.7 Processo: 000051-151/2014

Requerente:

Ministério Público do Trabalho - MPT

Requerido:

Câmara Municipal de Belém

Origem:

5ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Apurar denúncia de que nenhum dos integrantes da Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Belém (CMB) teria sido admitido mediante concurso público.

1.3.8 Processo: 000079-001/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Prefeitura Municipal de Baião

Origem:

PJ de Baião

Assunto:

Apurar a falta de transporte para o Conselho Tutelar de Baião

1.3.9 Processo: 001463-116/2013

Requerente:

Suzy Mara da Silva Portal

Requerido:

Lindalva Gomes Carvalho; Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Origem:

5ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto:

Apurar denúncia de que a diretora da Unidade Educacional Especializada José Álvares de Azevedo não estaria permitindo que professores aprovados no concurso C-167 exercessem suas funções na referida unidade educacional.

1.3.10 Processo: 007651-003/2013

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Prefeitura Municipal de Marituba

Origem:

4ª PJ de Marituba

Assunto:

Apurar o atingimento da meta estipulada pela SESPAA quanto à vacinação antirrábica naquele município

1.3.11. Processo nº 000181-012/2015

Requerente:

Frederico Antônio Lima de Oliveira

Requerido:

Conselho Superior Ministério Público do Estado do Pará

Origem:

Conselho Superior Ministério Público do Estado do Pará

Assunto:

Pedido de afastamento para frequentar Curso de Mestrado

1.4. Processos de Relatoria do Conselheiro ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO:

1.4.1. Processo: 006911-003/2015

Requerentes:

Município de Porto De Moz

Requerido:

Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA

Origem:

PJ de Porto de Moz

Assunto:

Apurar denúncia de má qualidade na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica pela CELPA.

1.4.2. Processo: 000064-001/2015

Requerente:

Ministério Público do Estado do Pará

Requerido:

Prefeitura Municipal de Marabá

Origem:

11ª PJ de Defesa da Probidade Administrativa, Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social de Marabá

Assunto:

Apurar denúncia de prática de nepotismo no âmbito da Administração Pública Municipal

1.4.3. Processo: 000069-012/2015

Requerentes:

Corregedoria Fazendária - COFAZ/SEFA

Requerido:

Florian da Costa Azevedo Filho

Origem:

3ª PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos da Capital

Assunto:

Procedimento Administrativo Disciplinar nº 002008730012461-3 SIAT/SEFA, encaminhado ao Ministério Público para investigação de suposta prática de improbidade administrativa.

2. O que ocorrer

Belém, 17 de julho de 2015.

ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior

Protocolo 854161

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e BRA Comércio e Serviços Técnicos LTDA-ME

Objeto: Serviço de manutenção na plataforma de acesso para portadores de necessidades especiais da promotoria de justiça de Marabá-Pa conforme dispensa nº009/2015/MP/PA.

Dotação Orçamentária: UO: 12101; Programa de Trabalho: 03.122.1357.6464; Fonte 0101. Elemento de Despesa: 3390-39. Valor: R\$1.200,00 (Hum Mil e duzentos reais).

Data da Assinatura: 13/07/2015.

Ordenador Responsável: JORGE DE MENDONÇA ROCHA.

Protocolo 854163

PORTARIA N.º 3773/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos do ofício n.º 205/2015-MP/CCrim, de 18/6/2015, protocolizado sob n.º 27512/2015, em 19/6/2015;

R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça ROSANA PAES PINTO para, sem prejuízo das demais atribuições e em atuação conjunta, officar em audiências de atribuição do 11º cargo das Promotorias de Justiça Criminal de Belém, no período de 15 a 31/7/2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 26 de junho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Area jurídico-institucional.

*Republicada por incorreção no D.O.E de 09.07.2015.

PORTARIA N.º 3939/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO as férias da Promotora de Justiça Liliane Carvalho Rodrigues de Oliveira;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 3º cargo das Promotorias de Justiça de Marabá;

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos do ofício n.º 171/2015/MP/CPJPSI, datado de 1º/7/2015, protocolizado sob n.º 29654/2015, em 1º/7/2015;

R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça ARLINDO JORGE CABRAL JUNIOR para exercer nas Promotorias de Justiça de Marabá, as atribuições do 3º cargo, no período de 1º a 7/7/2015, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 2 de julho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Area jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 3965/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO as férias da Promotora de Justiça Daniella Maria dos Santos Dias;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 4º cargo das Promotorias de Justiça de Marabá;

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos do ofício n.º 171/2015/MP/CPJPSI, datado de 1º/7/2015, protocolizado sob n.º 29654/2015, em 1º/7/2015;

R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça MAYANNA SILVA DE SOUZA QUEIROZ para exercer nas Promotorias de Justiça de Marabá, as atribuições do 4º cargo, no período de 13 a 21/7/2015, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 3 de julho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Area jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 3966/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público

do Estado do Pará);

CONSIDERANDO as férias da Promotora de Justiça Josélia Leontina de Barros Lopes;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 8º cargo das Promotorias de Justiça de Marabá;

CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos do ofício n.º 171/2015/MP/CPJPSI, datado de 1º/7/2015, protocolizado sob n.º 29654/2015, em 1º/7/2015;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça ALINE TAVARES MOREIRA para exercer nas Promotorias de Justiça de Marabá, as atribuições do 8º cargo, no período de 13 a 26/7/2015, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 3 de julho de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Area jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 4109/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a atuação ministerial no Projeto "Verão com Justiça e Cidadania";

CONSIDERANDO os termos do ofício n.º 188/2015-CJE, datado de 8/7/2015, protocolizado sob o n.º 31707/2015, em 9/7/2015;

R E S O L V E:
DESIGNAR os Promotores de Justiça para atuarem no Projeto "Verão com Justiça e Cidadania", nas datas e balneários abaixo referenciados:

DATAS	LOCALIDADE	PROMOTOR DE JUSTIÇA
11 e 12/07/2015	OUTEIRO	JOSÉ NAZARENO BARROS ANDRÉ
18 e 19/07/2015	SALINOPÓLIS	CRISTINA MARIA DE QUEIROZ COLARES
25 e 26/07/2015	SALINOPÓLIS	ERIKA MENEZES DE OLIVEIRA
01 e 02/08/2015	MOSQUEIRO	CÉZAR AUGUSTO DOS SANTOS MOTTA

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 10 de julho de 2015.

MARIO NONATO FALANGOLA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Area jurídico-institucional, em exercício

PORTARIA N.º 4113/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO as férias do Promotor de Justiça Samuel Furtado Sobral;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da Promotoria de Justiça de São Domingos do Araguaia;

CONSIDERANDO que a designação deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;

CONSIDERANDO os termos do ofício n.º 171/2015/MP/CPJPSI, datado de 1º/7/2015, protocolizado sob n.º 29654/2015, em 1º/7/2015;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça GILBERTO LINS DE SOUZA FILHO para exercer as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de São Domingos do Araguaia, no período de 20/7 a 2/8/2015, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 10 de julho de 2015.

MARIO NONATO FALANGOLA

Subprocurador-Geral de Justiça,

Area jurídico-institucional, em exercício

PORTARIA N.º 4114/2015-MP/PGJ

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a designação da Promotora de Justiça Gruchenka Oliveira Baptista Freire para atuar em outra comarca;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da Promotoria de Justiça de Rondon do Pará;